



**ESTADO DE SERGIPE**

**PODER LEGISLATIVO**

**Câmara de Vereadores do Município de Tobias Barreto**

**MESA DIRETORA**

**PAUTA DA ORDEM DO DIA DO EXPEDIENTE DA SESSÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DE  
14 DE SETEMBRO DE 2023**

**O Secretário anuncia:**

**Senhor Presidente, há sobre a Mesa, no Expediente Inicial da Sessão Ordinária Deliberativa de hoje dia 14 de setembro de 2023, os seguintes Documentos, fundamentados nos termos Regimentais, para deferimento e encaminhamento de Vossa Excelência.**

<b>01</b>	<b>REQUERIMENTO Nº 214/2023</b>	<b>REQUER sugerindo ao Chefe do Poder Executivo juntamente com o Secretário de Obras, que seja feito o asfaltamento em volta da Praça do Povoado Pilões, neste município.</b>  <b>BASE LEGAL – Artigo 140, inciso I, do Regimento Interno</b>  <b>Autor Vereador João Olegário de Matos Neto – PSD.</b>
<b>02</b>	<b>REQUERIMENTO Nº 215/2023</b>	<b>REQUER sugerindo ao Chefe do Poder Executivo, juntamente com o Secretário de Obras, que seja feito o asfaltamento em volta da Praça do Povoado Alagoinhas, neste município.</b>  <b>BASE LEGAL – Artigo 140, inciso I, do Regimento Interno</b>  <b>Autor Vereador João Olegário de Matos Neto – PSD.</b>
<b>03</b>	<b>REQUERIMENTO Nº 216/2023</b>	<b>REQUER sugerindo ao Chefe do Poder Executivo juntamente ao Secretário de Obras, que seja feita a construção da Praça em frente à Igreja no Povoado Nova Brasília, neste município.</b>  <b>BASE LEGAL – Artigo 140, inciso I, do Regimento Interno</b>  <b>Autor Vereador João Olegário de Matos Neto – PSD.</b>



## ESTADO DE SERGIPE

PODER LEGISLATIVO

Câmara de Vereadores do Município de Tobias Barreto

MESA DIRETORA

04	<b>REQUERIMENTO Nº 217/2023</b>	<b>REQUER</b> sugerindo ao <b>Chefe do Poder Executivo juntamente ao Secretário de Obras</b> , que seja feita a construção da Praça no Povoado Campestre do Abreu, neste município.  <b>BASE LEGAL – Artigo 140, inciso I, do Regimento Interno</b>  <b>Autor Vereador João Olegário de Matos Neto – PSD.</b>
05	<b>PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 39/2023</b>	<b>EMENTA:</b> Dispõe sobre a regulamentação da Assistência Financeira Complementar repassada pela União Federal visando dar cumprimento ao disposto da Lei Federal nº 14.434 de 4 de agosto de 2022, que institui o piso salarial nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira  <b>Autor Poder Executivo</b>